

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – UnC

MARISE LIEBL

PLANO DE GESTÃO PARA A E. E. B. PEDRO GONÇALVES RIBEIRO
A GESTÃO PARTICIPATIVA E A MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO NA
ESCOLA

MAFRA

2016

MARISE LIEBL

PLANO DE GESTÃO PARA A E. E. B. PEDRO GONÇALVES RIBEIRO
A GESTÃO PARTICIPATIVA E A MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO NA
ESCOLA

Plano de Ação em Gestão apresentado como exigência para conclusão do curso de pós-graduação em Gestão Escolar, ministrado pela Universidade do Contestado – UnC, Campus Mafra, em Convênio com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina pelo FUNDES.
Orientadora: Dra Maristela Povaluk

MAFRA
2016

SUMÁRIO

1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
1.1 FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR	4
1.2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA	4
1.3 QUALIDADE DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM.....	6
2 OBJETIVO GERAL.....	8
3 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA	9
3.1 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA.....	9
3.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA	9
3.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	10
3.4 DIMENSÃO FINANCEIRA.....	11
3.5 DIMENSÃO FÍSICA.....	11
3.6 METAS, AÇÕES E OBJETIVOS	12
3.6.1 Dimensão socioeconômica.....	12
3.6.1.1 Meta	12
3.6.1.2 Ação	12
3.6.1.2.1 Objetivo específico	12
3.6.1.2.2 Início.....	12
3.6.1.2.3 Fim	12
3.6.1.2.4 Público alvo	13
3.6.1.2.5 Recurso	13
3.6.1.2.6 Responsáveis pela ação	13
3.6.2 Dimensão Pedagógica	13
3.6.2.1 Meta	13
3.6.2.2 Ações.....	13
3.6.2.2.1 Objetivos específicos.....	14
3.6.2.2.2 Início.....	14
3.6.2.2.3 Fim	14
3.6.2.2.4 Público alvo	15
3.6.2.2.5 Recurso	15
3.6.2.2.6 Responsáveis pela ação	15
3.6.3 Dimensão Administrativa	15
3.6.3.1 Meta	15

3.6.3.2 Ações.....	15
3.6.3.3 Objetivos específicos.....	16
3.6.3.4 Início.....	16
3.6.3.5 Fim	16
3.6.3.6 Público alvo	16
3.6.3.7 Recurso	16
3.6.3.8 Responsáveis pela ação	17
3.6.4 Dimensão financeira.....	17
3.6.4.1 Meta	17
3.6.4.2 Ação	17
3.6.4.3 Objetivo específicos	17
3.6.4.4 Início.....	17
3.6.4.5 Fim	17
3.6.4.6 Público alvo	17
3.6.4.7 Recurso	18
3.6.4.8 Responsáveis pela ação	18
3.6.5 Dimensão Física.....	18
3.6.5.1 Meta	18
3.6.5.2 Ação	18
3.6.5.3 Objetivos Específicos	18
3.6.5.4 Início.....	18
3.6.5.5 Fim	19
3.6.5.6 Público alvo	19
3.6.5.7 Recurso	19
3.6.5.8 Responsáveis pela ação	19
4 AVALIAÇÃO DO PLANO.....	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS.....	23

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR

A sociedade brasileira passa por grandes transformações e conseqüentemente as escolas também. Nesse contexto, a escola como instituição de cunho vital para o bom andamento das práticas sociais, não poderia se tornar alheia a tais transformações, pois a educação tem papel fundamental para a construção do bem-estar social e da cidadania.

Assim sendo, é necessário que a escola repense e passe por mudanças, pois a gestão tomou rumos muito diferentes há algum tempo, desta maneira é preciso que se considere a participação coletiva como princípio para o alcance dos objetivos da comunidade escolar.

Que rumos tomar? O que fazer para que ocorram essas transformações em nossas escolas? São muitas as indagações em como adotar estratégias e ações que permitam melhoria na qualidade de ensino e ao mesmo tempo transformar a identidade da educação nas escolas. Constatou-se que isso está ligado à dimensão da gestão nas unidades escolares. Para que haja eficiência é necessária compreensão mais apurada do profissional em gestão escolar acerca dos desafios e das possibilidades da inovação educacional, de modo que possa estabelecer direcionamentos adequados para a construção de uma escola de boa qualidade.

1.2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão escolar é o meio que conduz e organiza as instituições educacionais, tendo em vista os fatores econômicos, políticos, estruturais, pedagógicos, sociais, dentre outros. É a partir da gestão que a escola estabelece as metas, objetivos e ações que deverão organizar e conduzir os processos educativos. Aliado a isso, surge a democratização da mesma que tem sido um assunto corriqueiro no meio educacional. Afinal, essa concepção de gestão tem trazido novos horizontes para a educação brasileira, pois proporciona grandes avanços para a educação, tais como o envolvimento da comunidade escolar na escolha do diretor da escola e a implantação dos conselhos escolares com papel deliberativo e decisório.

Quanto a isso Paro ressalta:

[...] administrar uma escola pública não se reduz à aplicação de uns tantos métodos e técnicas, importados, muitas vezes, de empresas que nada têm a ver com objetivos educacionais. A administração escolar é portadora de uma especificidade que a diferencia da administração especificamente capitalista, cujo objetivo é o lucro, mesmo em prejuízo da realização humana implícita no ato educativo. Se administrar é usar racionalmente os recursos para a realização de fins determinados, administrar a escola exige a permanente impregnação de seus fins pedagógicos na forma de alcançá-los (PARO, 2000, p. 7).

Desta forma, a gestão escolar, deve ter consciência do seu papel pedagógico, pois o produto final de todas as ações da gestão, bem como de toda a equipe da escola deve ser a educação em si, ou seja, a formação do educando na sua totalidade. A partir do momento em que os gestores têm essa consciência, definirão estratégias e ações para garantir um processo de ensino aprendizagem que se dê de maneira eficaz. Assim, a gestão começa a ganhar um formato democrático, onde todos buscam em conjunto a melhoria da educação.

Porém a escola está repleta de contradições que muitas vezes são reflexos da própria sociedade, que no seu interior são reproduzidas as desigualdades sociais. Por isso a escola tem que buscar alternativas, ou seja, estratégias para que as mesmas sejam superadas, pois a convivência democrática se faz na prática, pautada em relações não autoritárias, mas é preciso que ela independa de concessões de quem está no poder e encontre amparo institucional. Veja o que nos diz Vitor Paro (1998, p. 46) sobre isso:

A participação democrática não se dá espontaneamente; sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivam práticas participativas dentro da escola pública. Isso parece tanto mais necessário quanto mais consideramos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo, poder altamente concentrado e de exclusão de divergências nas discussões e decisões.

Portanto, a escola tem que primar realmente pela escola democrática, pois de nada adianta a escola construir um compromisso com a convivência democrática, se ela continua com um regimento que não dá conta de viabilizar amparo legal ao exercício da democracia na escola, principalmente porque o regimento mostrará os limites, as possibilidades, os direitos e os deveres apenas como norma. Isso não

significa dizer que aquilo que está regulamentado será suficientemente cumprido, mas é adequado prever tal amparo legal.

1.3 QUALIDADE DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM

A busca por melhoria da qualidade da educação exige medidas não só no ingresso e na permanência dos alunos na escola, mas requer ações que possam reverter a situação de baixa qualidade da aprendizagem na educação básica, assim, uma educação com qualidade social é caracterizada por um conjunto de fatores que se referem às condições de vida dos alunos e de suas famílias, ao seu contexto social, cultural e econômico e à própria escola – professores, diretores, projeto pedagógico, recursos, instalações, estrutura organizacional, ambiente escolar e relações intersubjetivas no cotidiano escolar. Segundo Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 9)

[...] a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos [...]. Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula [...].

É nessa perspectiva e no intuito de melhorar a qualidade da educação brasileira que devem se situar as ações, nas quais governos federais, estaduais e municipais, assegurem um padrão de acesso, permanência e gestão na educação básica, pautado por políticas e ações que promovam a educação democrática e de qualidade social para todos.

De acordo com o artigo 4º da LDB, a educação básica torna-se um direito do cidadão à educação e um dever do Estado de atendê-lo mediante oferta qualificada. Segundo a análise situacional do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (2014, p. 18):

O direito à educação é garantido pela Carta Magna do país (1988) e nas Leis de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (1996), além disso, em diversos documentos internacionais, é afirmado como um dos componentes fundamentais à realização dos direitos humanos. Contudo, a garantia plena deste direito a todos os cidadãos brasileiros ainda é cercada de grandes desafios como: melhoria de acesso da permanência e da aprendizagem

com qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades; universalização da Educação Básica de 4 a 17 anos de idade; gestão democrática nos sistemas de educação e nas instituições educativas; reconhecimento e respeito à diversidade por meio da promoção de uma educação em e para os direitos humanos; valorização dos profissionais e da educação pública e privada (professores (as), técnicos (as), funcionários (as), administrativos (as) e de apoio), por meio de políticas de formação continuada, planos de carreira e salário e melhoria das condições de trabalho (BRASIL, 2013c).

É função da escola oferecer ao educando uma educação de qualidade, a qual deve primar pela promoção, ou seja, pelo seu desenvolvimento, permitindo acesso ao conhecimento e, a partir deste, a produção de novos conhecimentos, preocupando-se com a formação de um cidadão consciente e participativo na sociedade em que está inserido. Sobre isso Cecília Goulart comenta (2007, p. 86-87):

Na escola e na vida, encontramos a multiplicidade de sujeitos e de modos de viver, pensar e ser. Mas encontramos também características e marcas que nos identificam como seres humanos pertencentes a um período histórico, a uma região geográfica e a tantos outros agrupamentos que se entrelaçam. E por que isso acontece? Porque somos sujeitos culturais, não somos sujeitos errantes: criamos vínculos, sentimentos, mundos, literatura, teoria, moda, receitas culinárias, filosofia, brincadeiras, jogos, arte, máquinas – tudo nos enreda e nos diz que, mesmo sem caminhos traçados, como de modo geral acontece com os animais, construímos história e histórias, cultura e culturas que nos enraízam, nos envolvem e nos identificam.

[...] Às vezes, preocupados em demasia com os conteúdos do ensino, não paramos para conhecer nossos alunos, para ouvir os conteúdos tão significativos de suas vidas. E aprendizagem envolve sensibilidade e mudança! Como diz Barbosa (1990), aprendizagem envolve risco, e não nos dispomos a correr riscos com qualquer pessoa – se não conseguimos desenvolver relações de confiança e afeto com os alunos, dificilmente construímos uma relação de ensino-aprendizagem.

Por isso, a escola deve repensar constantemente o seu papel pedagógico e sua função social, que deve possibilitar sempre ao educando, condições de igualdade para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, permitindo assim, que o mesmo torne-se crítico exercendo a sua cidadania, refletindo sobre as questões sociais, buscando alternativas de superação da realidade, transformando o espaço escolar num ambiente propício para o desenvolvimento, visando uma educação de qualidade.

2 OBJETIVO GERAL

Elaborar propostas de gestão que prime por uma escola democrática, a qual vise à formação intelectual e social do indivíduo, e principalmente, promova ações para melhorar a qualidade de ensino na escola.

3 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

A Escola de Educação Básica Pedro Gonçalves Ribeiro fundada em 13 de julho de 1957, está situada na localidade de Rodeio Grande, em Monte Castelo. Norteia todo o seu trabalho pelo Projeto Político Pedagógico e pesquisa conforme dados que serão apresentados.

3.1 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

A escola de Educação Básica Pedro Gonçalves Ribeiro, atualmente conta com 153 alunos na faixa etária de 07 a 15 anos, distribuídos em oito turmas do Ensino Fundamental, do 2º ao 9º ano, funcionando em dois períodos: matutino e vespertino. A clientela da Unidade Escolar é oriunda das localidades de Rodeio Grande e Passa Quatro.

A escola está inserida em uma comunidade carente na qual, 48% dos alunos recebem auxílio do governo com a Bolsa Família, a escola está localizada na zona rural e 32% das famílias vivem da agricultura, do cultivo do fumo, e granja aviária. 21% trabalham por dia, 10% vivem apenas da Bolsa Família. 66% declararam receber até um salário mínimo, não possuir computador e internet em casa. As famílias são participativas nos eventos da comunidade, porém são pouco ativas na vida escolar dos filhos, faltam motivação e participação nas atividades escolares cotidianas. São poucas famílias que incentivam os filhos a estudar para melhorar as condições de vida.

3.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

A Proposta Curricular de Santa Catarina é o leme condutor das atividades docentes da escola, e estar em constante orientação sobre a necessidade de conhecer e trabalhar de acordo com a Proposta Curricular é de extrema importância, pois toda a comunidade escolar terá êxito e cabe ao professor reformular seus conceitos constantemente, para que sua prática torne-se cada vez mais atrativa aos alunos, compreendendo assim com maior facilidade os conceitos teóricos e concretizando-os em seu cotidiano.

O projeto pedagógico é planejado de forma processual e contínua, representando claramente as intenções da instituição, que são permeadas pelos aspectos socioculturais característicos da realidade na qual a escola está inserida.

Nos últimos anos o IDEB da escola vem melhorando gradativamente, em 2009 a média foi de 4.5, em 2011 a média foi 5.0 e 2013 a média passou para 5.3 nos anos iniciais. No ano de 2014 o índice de repetência foi de 6,09% e de 2015 foi de 3,27%.

A Avaliação segue a Resolução 183/2013 CEE SC. A avaliação do processo-ensino aprendizagem se dá pelo constante acompanhamento da ação educativa. Uma avaliação comprometida com o progresso do aluno, com seu crescimento pessoal. Para tanto professor e alunos tem acesso a diversificados instrumentos que possibilitam levantar dados e avaliar seus processos de ensino e aprendizagem.

A Unidade Escolar respeita os segmentos da Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina.

O conselho de classe é participativo, onde professores, direção, ATP e alunos discutem as dificuldades encontradas durante o bimestre e procuram soluções para sanar os problemas apontados.

Consegue-se manter uma boa relação entre professores, alunos e comunidade escolar, os pais são bem participativos nas atividades escolares. No segundo semestre são abertas as matrículas e rematrículas para o próximo ano letivo, este é um bom momento para conversar com as famílias e fazer um diagnóstico dos alunos que estamos recebendo.

Os professores são incentivados a participar de curso de capacitação oferecidos pela SED ou outra Rede de Ensino.

3.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

A Escola de Educação Básica Pedro Gonçalves Ribeiro, atende atualmente 153 alunos, da zona rural de Monte Castelo. A escola atualmente não tem Assistente de Educação, tem 01 ATP, 07 professores efetivos e 10 ACTs, sendo todos habilitados em sua área de atuação, nos serviços gerais a escola tem 02 auxiliares de serviços gerais e 01 merendeira da empresa terceirizada.

Participam das decisões escolares os Conselhos APP, Conselho Deliberativo e Grêmio Estudantil, bem atuantes, são feitas reuniões periódicas e seus integrantes estão bem envolvidos com no processo escolar.

Semestralmente é enviado para os pais um questionário de avaliação da instituição, no qual todos têm oportunidade de expor sua opinião sobre cada segmento da escola e bimestralmente faz-se uma avaliação da instituição com os alunos e todos os funcionários.

3.4 DIMENSÃO FINANCEIRA

Entidade mantenedora: Secretaria de Estado da Educação – SED.

Na Unidade Escolar a administração dos recursos captados é realizada com aprovação e deliberação dos Conselhos Escolares respeitando as determinações da própria fonte, recursos do PDDE que representam 80% da arrecadação anual para aquisição de custeio e capital, outro através do Cartão CEPESC, aplicado em custeio emergencial representando 20% do recurso anual, ainda conta com recursos oriundos de pequenas contribuições da comunidade e promoções realizadas pela APP – Associação de Pais e Professores. Como a definição da aplicação dos recursos, também a prestação de contas ocorre de maneira participativa dos profissionais, gestão e Conselhos Escolares.

3.5 DIMENSÃO FÍSICA

A escola tem cinco salas de aula, uma biblioteca, um laboratório de informática com quatorze computadores, uma sala de professores com banheiro, secretaria, sala de direção, quatro sanitários masculinos e quatro femininos, dois depósitos, almoxarifado, cozinha (merenda terceirizada) e refeitório.

Temos uma boa estrutura para a prática esportiva e recreativa, um parquinho, quadra coberta com pintura renovada recentemente com a verba do PDDE/ 2013, no ano passado com as verbas recebidas (PDE interativo e atleta na escola) foi construída a pista de atletismo com caixa de areia para saltos e um campinho de futebol. A Escola possui cinco rampas permitindo boa acessibilidade.

O cuidado com os jardins tornar o ambiente escolar agradável para todos, é um desafio diário essa organização, plantando árvores, fazer a poda constante dos

gramados, deixando sempre evidente ao aluno que ele também faz parte desse ambiente e é importante cuidar e manter, responsabilizando-se e valorizando o patrimônio escolar.

3.6 METAS, AÇÕES E OBJETIVOS

As metas, ações e objetivos foram elaborados para o período de quatro anos (2016 a 2019), de acordo com o diagnóstico da escola, os quais têm como finalidade nortear e atender com eficiência os anseios da unidade escolar.

3.6.1 Dimensão socioeconômica

3.6.1.1 Meta

Promover a participação das famílias em organizações comunitárias visando auxiliar no desenvolvimento social da comunidade.

3.6.1.2 Ação

Ofertar cursos, palestras como forma de auxiliar no crescimento social da comunidade.

3.6.1.2.1 Objetivo específico

Promover parcerias com instituições públicas e privadas na oferta de cursos e palestras visando o bem-estar da comunidade.

3.6.1.2.2 Início

2016

3.6.1.2.3 Fim

2019

3.6.1.2.4 Público alvo

Comunidade e professores.

3.6.1.2.5 Recurso

R\$ 180,00 (Cento e oitenta reais).

3.6.1.2.6 Responsáveis pela ação

Equipe Gestora, Pedagógica.

3.6.2 Dimensão Pedagógica

3.6.2.1 Meta

Desenvolver ações pedagógicas que melhorem a qualidade do ensino na escola.

3.6.2.2 Ações

- Oferecer educação integral através de metodologias diferenciadas de ensino e projetos interdisciplinares para despertar o interesse do aluno e reduzindo a infrequência escolar.
- Realizar acompanhamento constante do processo ensino aprendizagem;
- Acompanhar o rendimento e a frequência dos alunos;
- Disponibilizar materiais pedagógicos que enriqueçam o processo ensino aprendizagem;
- Promover palestras, encontros de motivação para os profissionais da unidade;
- Dialogar com os docentes sobre a importância do trabalho em equipe para integralidade da escola;

- Realizar troca de experiências e planejamento em grupo promovendo a interdisciplinaridade;
- Desenvolver um trabalho de conscientização das famílias sobre sua importância na vida escolar dos educandos.

3.6.2.2.1 Objetivos específicos

- Desenvolver projetos interdisciplinares em consonância com o PPP;
- Oportunizar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para a vida em sociedade;
- Melhorar a qualidade do ensino, motivando a permanência do aluno na Escola, evitando a evasão escolar;
- Orientar o aluno da importância do estudo como meio transformador da realidade social;
- Proporcionar mecanismos de participação que traduzam o compromisso de todos na melhoria da qualidade de ensino e com o aprimoramento do processo pedagógico;
- Desenvolver parcerias com outras instituições (universidades, organizações civis, empresas, associações, etc.), para o financiamento de projetos ou para o desenvolvimento de ações conjuntas, como elaboração do projeto político-pedagógico, formação de professores, atividades pedagógicas, comemorações;
- Priorizar o aprendizado no contexto educacional envolvendo as famílias no processo escolar, promovendo a participação dos pais em reuniões e na vida escolar dos alunos.

3.6.2.2.2 Início

2016

3.6.2.2.3 Fim

2019

3.6.2.2.4 Público alvo

Professores, alunos e comunidade.

3.6.2.2.5 Recurso

R\$ 420,00 (Quatrocentos e 20 reais).

3.6.2.2.6 Responsáveis pela ação

Equipe Gestora e Pedagógica

3.6.3 Dimensão Administrativa

3.6.3.1 Meta

Promover a gestão democrática primando por ações que beneficiem o coletivo, estando estas em conformidade com as quatro dimensões que baseiam a gestão escolar.

3.6.3.2 Ações

- Reunir toda a comunidade escolar para troca de opiniões, adequação e efetivação do PPP;
- Realizar reuniões periódicas com os Conselhos Escolares para definição de ações a serem realizadas na escola;
- Promover reuniões com a comunidade escolar para planejar a aplicação e prestação de contas das verbas recebidas;
- Convidar as famílias para participar dos eventos programados;
- Incentivar a presença da família no cotidiano escolar;
- Coletar dados para avaliar o desempenho de todos os segmentos da escola;
- Promover palestras para alunos, professores e comunidade.

- Propiciar espaço para discutir e planejar os projetos pedagógicos da escola coletivamente.

3.6.3.3 Objetivos específicos

- Possibilitar a participação da comunidade escolar na atualização do PPP (Projeto Político e Pedagógico);
- Promover a participação do Grêmio Estudantil, NEPRE, APP, Conselho Deliberativo, nas decisões pertinentes à unidade escolar;
- Promover parcerias com a comunidade e a escola, estabelecendo dessa forma diálogo e desenvolvimento da comunidade de modo geral;
- Incentivar a participação dos pais nas associações de apoio à escola;
- Promover a avaliação institucional de acordo com a proposta da Unidade Escolar;
- Ampliar os conhecimentos sobre gestão escolar democrática propiciando o desenvolvimento das habilidades para a construção de projetos pedagógicos construídos coletivamente.

3.6.3.4 Início

2016

3.6.3.5 Fim

2019

3.6.3.6 Público alvo

Docentes e discentes, funcionários em geral e comunidade.

3.6.3.7 Recurso

R\$ 610,00 (Seiscentos e dez reais)

3.6.3.8 Responsáveis pela ação

Equipe Gestora

3.6.4 Dimensão financeira

3.6.4.1 Meta

Elaborar projetos para angariar recursos com empresas públicas e privadas para a instituição de ensino.

3.6.4.2 Ação

Captar recursos através de projetos elaborados para a melhoria da escola.

3.6.4.3 Objetivo específicos

–Angariar fundos para escola através de projetos visando ampliar recursos para melhoria de materiais pedagógicos e também a estrutura física da escola.

3.6.4.4 Início

2016

3.6.4.5 Fim

2019

3.6.4.6 Público alvo

A comunidade escolar.

3.6.4.7 Recurso

R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais).

3.6.4.8 Responsáveis pela ação

Equipe Gestora e Pedagógica

3.6.5 Dimensão Física

3.6.5.1 Meta

–Promover ações para a preservação do patrimônio da escola no período escolar de 2016 a 2019.

3.6.5.2 Ação

- Oferecer palestras para a comunidade escolar sobre o patrimônio público;
- Orientar os alunos, através de projetos educativos sobre cuidados que devemos ter com a escola e patrimônio;
- Envolver os representantes dos conselhos escolares em ações de preservação do patrimônio escolar.

3.6.5.3 Objetivos Específicos

- Manter o patrimônio da escola organizado e em bom estado de uso e conservação;
- Articular projetos de conscientização e preservação;
- Incentivar a valorização do bem público.

3.6.5.4 Início

2016

3.6.5.5 Fim

2019

3.6.5.6 Público alvo

Alunos, professores, comunidade e equipe gestora.

3.6.5.7 Recurso

R\$ 360,00 (Trezentos e sessenta reais)

3.6.5.8 Responsáveis pela ação

Equipe Gestora e Pedagógica

4 AVALIAÇÃO DO PLANO

A avaliação do plano será efetuada de forma contínua, na qual serão realizadas reuniões bimestrais, envolvendo a comunidade escolar (pais, professores, alunos), ou seja, a comunidade de maneira geral.

Se o plano não estiver coerente serão readequadas as metas, objetivos e ações, pois a finalidade do mesmo é o bom andamento da escola, na qual se privilegie a promoção e o desenvolvimento do cidadão, devido a este aspecto, cabe à gestão a incumbência de definir juntamente com a comunidade escolar as mudanças que julgar necessário fazer no plano, de forma que o mesmo prime pela formação integral do cidadão, garantindo principalmente a qualidade de ensino na escola.

A partir do momento que se definiu o que a escola visa atingir, que tipo de cidadão deseja formar, a escola vai trabalhar no sentido de formar cidadãos conscientes, capazes de compreender e criticar a realidade, atuando na busca da superação das desigualdades e do respeito ao ser humano. Pois é de fundamental importância que ela assuma a responsabilidade de atuar na transformação e na busca do desenvolvimento social, por isso o plano tem que estar em consonância com essas propostas, para que haja empenho de seus agentes na elaboração de uma proposta para a realização desse objetivo.

São muitos os desafios para que o plano possa ser posto em prática de forma efetiva, mas para que isso aconteça, é preciso primar por essa escola democrática, de qualidade, na qual se devem levar em conta, os interesses do grupo como um todo: professores, alunos, pais, direção e sociedade. Não há como construir uma escola de qualidade, se não houver entendimento e compreensão de todos ao que a escola quer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi de extrema relevância a elaboração do plano de gestão, o qual teve como objetivo o planejamento do plano da instituição de ensino preconizada no referido documento, permitindo trabalhar de forma mais articulada, conscientes do papel do gestor, visando à escola democrática, e principalmente primando pela qualidade de ensino na mesma.

Dessa forma, o plano de gestão escolar buscou por ações e procedimentos democráticos, e conseqüentemente, definiu metas e ações para enfrentar os possíveis desafios, em prol de uma gestão inovadora considerando alguns aspectos, entre eles, quais as mudanças deveriam ser feitas e como fazer essas mudanças, sejam elas na dimensão pedagógica, física ou financeira, socioeconômica ou administrativa, priorizando o trabalho em equipe na escola. Esses procedimentos visam contribuir para superar os obstáculos, desenvolvendo a organização da escola, estimulando a formação de lideranças capazes de promover ações que contribuam para o bem-estar da mesma.

Sabe-se das dificuldades que os gestores enfrentam ao gerenciar uma escola. Nessa perspectiva, o plano de gestão, procurou nortear ações, que promovam mudanças na escola de forma constante e contínua, tendo como base o exemplo de escola democrática, a qual estabelece parcerias primando pela qualidade social da educação, o que implica assegurar um processo pedagógico pautado pela eficiência, eficácia e efetividade social, de modo a contribuir com a melhoria da aprendizagem dos educandos, em articulação à melhoria das condições de vida e de formação da população.

Essa complexidade requer que a escola invista cada vez mais na gestão participativa trazendo, para dentro dela, não apenas o aluno, mas todo o elemento humano que a compõe, a fim de que compartilhem responsabilidades, estabeleçam objetivos de forma conjunta e sejam acionadores de uma nova proposta de realidade escolar, mais adequada às exigências da sociedade de informação, do conhecimento e da aprendizagem.

No campo educacional, a gestão democrática tem sido defendida como dinâmica a ser realizada nas unidades escolares, visando a garantir processos coletivos de participação e decisão. Tal discussão encontra respaldo na legislação educacional.

Nesse sentido, a gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada. Ela necessita estar para além dos padrões vigentes, comumente desenvolvidos pelas organizações burocráticas. E é isso que o plano de gestão buscou priorizar; nova forma de administrar a educação constituindo-se num fazer coletivo, permanentemente em processo, processo que busca mudança contínua e continuada, mudança que está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, os quais, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola.

REFERÊNCIAS

BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Org.). **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem**: educação democrática para um futuro humano. São Paulo: Autêntica. (Coleção Educação: Experiência e sentido).

DOURADO, L. F. Financiamento da educação no Brasil: aportes teóricos e a construção de uma rede de pesquisadores. In: GOUVEIA, A.B.; SOUZA, A.R.; TAVARES, T.M. (Org.). **Conversas sobre financiamento da educação no Brasil**. Curitiba: UFPR, 2006. p. 27-40.

_____; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Brasília, DF: INEP, 2007

ESCOLA PEDRO GONÇALVES RIBEIRO. **Plano Político Pedagógico**. Monte Castelo, Santa Catarina, 2016.

GOULART, Cecília (Org.). **A organização do trabalho pedagógico**: alfabetização e letramento como eixos orientadores. Brasília, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2000.

SANTA CATARINA. **Plano estadual de educação**: 2015-2024. Florianópolis, 2015.

_____. **Gestão escolar**: orientações para o gestor escolar, Florianópolis, 2016

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**: edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

TAVARES, T.M. (Org.). **Conversas sobre financiamento da educação no Brasil**. Curitiba: UFPR, 2006.